

Violência de Gênero como Construção Histórica: Entre o Silêncio e a Resistência.

Eduarda Hortência Santos Sampaio.
Mestranda do PPGH-ICHCA/UFAL¹

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão sobre a violência de gênero como uma construção histórica, articulando as relações entre silenciamento e resistência das mulheres ao longo do tempo. Ao adotar uma perspectiva feminista e interseccional, a discussão se concentra em compreender como práticas e discursos de dominação contribuíram para a naturalização da violência e para o apagamento das experiências femininas na produção do conhecimento histórico. Além disso, o texto analisa o silêncio não apenas como ausência, mas como uma estratégia política de exclusão, questionando os modos tradicionais de narrar o passado. O artigo pretende contribuir com os debates contemporâneos sobre gênero e memória, defendendo uma escrita da História que reconheça e valorize a pluralidade dos sujeitos históricos.

Palavras-chave: violência de gênero; silenciamento; resistência; feminismo; história.

Introdução

A violência de gênero, é frequentemente compreendida como um fenômeno contemporâneo, mas na realidade, é o resultado de um longo processo histórico de construção social. Longe de se limitar a atos isolados, ela expressa estruturas de poder profundamente enraizadas nas relações entre homens e mulheres, sustentadas por normas culturais, religiosas, jurídicas e políticas que, ao longo do tempo, legitimaram o controle sobre os corpos e as vozes femininas. Ao compreender como categoria histórica, implica então, adotar uma abordagem que ultrapasse as estatísticas e os eventos explícitos, alcançando também os silêncios, as ausências e as formas sutis de opressão que atravessam diferentes temporalidades.

A História, enquanto campo de saber e de disputa, tem sido marcada pelo apagamento sistemático das experiências femininas, seja pela ausência de fontes ou pelas formas como os registros foram produzidos, selecionados e interpretados. O silêncio, nesse contexto, não representa um vazio, mas um produto político, construído e sustentado por instituições que definiram o que é ou não considerado digno de memória.

[...] Suas narrativas são partes de uma história inacabada. Na medida em que essas mulheres tecem seus fragmentos de memória, através de frases gaguejadas, ou por longos silêncios, mostram importantes

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas – PPGH/UFAL. Pesquisadora da área de gênero, violência e relações de poder. E-mail para contato: eduardahortencia@gmail.com

emoções subjacentes em seus discursos. (BARROSO, 2017; LONGO, 2017).

Diante dessa perspectiva, o presente artigo propõe uma reflexão sobre as conexões entre violência, silenciamento e resistência, partindo de uma perspectiva feminista que valoriza as vozes subalternizadas e problematiza os limites da narrativa histórica tradicional. Estruturado em três eixos, discutindo sobre a violência de gênero e as relações de poder, o silenciamento como dispositivo de exclusão histórica, e a resistência como forma de reexistência. O texto busca contribuir para uma escrita da História mais inclusiva, crítica e sensível às desigualdades que marcaram e ainda marcam a experiência das mulheres.

Gênero, Poder e Silêncio na Construção Histórica.

A discussão sobre gênero, poder e silêncio, entende que a subordinação feminina não é um dado natural, mas o resultado de um longo processo histórico e cultural. Conforme análise de BEAVOIR (2016), “a mulher não nasce mulher, mas torna-se”, ou seja, sua condição é socialmente construída a partir de uma lógica que a posiciona como “o Outro” em relação ao homem. Essa construção simbólica da alteridade feminina fundamenta uma estrutura de dominação que, como observa SAFFIOTI (2013), se articula às contradições de classe e das relações de produção, produzindo diferentes formas de exploração e exclusão.

Mediante isso, a categoria de gênero se encontra como central para buscar a compreensão de como o poder opera na constituição das identidades e nas práticas sociais. Dialogando com BOURDIEU (2012), a dominação masculina se reproduz através de esquemas simbólicos incorporados, naturalizando hierarquias que perpetuam a desigualdade. Já FOUCAULT (2019), busca destacar que o poder não se concentra em um único ponto, mas circula em redes, atravessando os corpos, os discursos e as instituições.

O silêncio, partindo desse contexto, surge como um dispositivo de controle, não é pela ausência de fala, mas sim o resultado de práticas históricas que determinam quem pode falar e ser ouvido.

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica”. (FOUCAULT, 2019).

Ao problematizar através dessas estruturas, o pensamento feminista contemporâneo amplia a compreensão das formas de resistência e agência. BUTLER (2018) propõe pensar os corpos e as

identidades de modo performativo, reconhecendo que as normas que produzem sujeição também abrem brechas para a subversão. Com isso, a presença dos corpos femininos e dissidentes no espaço público, aquilo que Butler chama de “política das ruas”, representa um ato de resistência contra o silenciamento histórico. Segundo ainda por essa perspectiva de análise, PERROT (2005) recorda que as mulheres, historicamente excluídas da narrativa dominante, sempre estiveram presentes nas margens, nos espaços de invisibilidade, elaborando suas próprias formas de ação e memória.

O entrelaçamento entre os eixos até aqui debatidos, possibilita compreender que a violência de gênero não se restringiu apenas a ações pontuais, mas expressa a permanência de estruturas que naturalizam a desigualdade e o controle sobre as mulheres. Essas dinâmicas de dominação, contudo, coexistem com as práticas de resistência, aonde as mulheres elaboram formas próprias de agir, narrar e existir. Conforme argumenta BUTLER (2018), os corpos não são apenas alvos do poder, mas são também agentes de contestação, capazes de subverter as normas que os tentam disciplinar. Pensar essa tensão entre opressão e agência é reconhecer a História como um espaço de disputas simbólicas e políticas, onde sujeitos historicamente silenciados reivindicam voz. Segundo essa direção, os eixos de análise estão dedicados à violência de gênero, ao silenciamento e à resistência, pois buscam evidenciar como as mulheres, mesmo à margem das narrativas oficiais, reinventaram modos de viver, lembrar e se inscrever na memória coletiva.

A Construção da Violência de Gênero nas Relações de Poder:

A violência de gênero inscrita nas relações de poder entre homens e mulheres ao longo do tempo, não representar um fenômeno natural ou inevitável, mas trata de resultados de normas culturais, jurídicas e até religiosas que, em diferentes períodos, legitimaram e legitimam a dominação masculina e a submissão feminina. Essa estrutura cultural, consolidou-se historicamente, produzindo e naturalizando hierarquias que restringem a mulher à esfera doméstica e subordinada, reproduzindo a ideia de inferioridade como fundamento da ordem social.

Conforme aponta BEAUVOIR (2016), “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é um ser autônomo”. Essa afirmação revela que o masculino foi interpretado como medida universal da existência humana, enquanto o feminino se constituiu como seu oposto, dependente e subalterno. Assim, a mulher é socialmente construída como o “Outro”, aprisionada a representações que a vinculam à fragilidade, à passividade e à obediência. Essa lógica produz não apenas desigualdades materiais, mas também simbólicas,

sustentadas por valores androcêntricos que reforçam o silenciamento e a exclusão das mulheres do espaço público e das narrativas históricas.

A leitura foucaultiana do poder contribui para aprofundar essa compreensão. Para FOUCAULT (2022), “o poder não é apenas repressão; é também produção de conhecimento e verdades”. Sob essa ótica, as normas que definem e regulam os papéis de gênero não apenas impõem comportamentos, mas também constroem discursos que legitimam a desigualdade. A violência de gênero, portanto, manifesta-se como efeito dessas relações entre poder e saber, um sistema que produz e regula corpos, comportamentos e subjetividades, transformando a diferença sexual em fundamento da hierarquia social.

(...) Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (FOUCAULT, 2022).

Essa violência assume diversas expressões física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, institucional e simbólica que, embora distintas, compartilham o mesmo objetivo: manter a mulher em posição de subordinação. Em muitos casos, tais práticas são justificadas como defesa da autoridade masculina ou como reforço da ordem familiar, culminando, em situações extremas, no feminicídio. Essa realidade revela que a violência de gênero não se restringe à agressão direta, mas está enraizada nas estruturas culturais que definem o que é ser homem e ser mulher.

A sociedade patriarcal, ao naturalizar tais comportamentos, reforça a dependência feminina e a concepção do corpo da mulher como inadequado às esferas produtivas e públicas. Esse imaginário, que reduz a mulher à função doméstica, perpetua o estereótipo da “boa dona de casa” como ideal de feminilidade. Como adverte BEAUVOIR (2016), “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam ameaçados; esses direitos nunca são adquiridos. É preciso permanecer vigilante durante toda a vida”. Tal observação evidencia que as conquistas femininas são constantemente fragilizadas por estruturas de poder que resistem à autonomia das mulheres. Mesmo no século XXI, a persistência desses estigmas demonstra a continuidade das desigualdades e a necessidade de repensar os mecanismos sociais e políticos que perpetuam a violência e o silenciamento feminino.

O Silenciamento como Mecanismo de Exclusão na História

A sociedade contemporânea organiza-se de forma hierarquizada e marcada por divisões de classe que, inevitavelmente, influenciam as percepções e representações sociais sobre a mulher. Essas divisões estruturam modos de pensar e agir que condicionam o lugar ocupado pelas mulheres na vida social, política e cultural.

Os chamados eixos sociais, como a família, a escola, a igreja e o trabalho, exercem papel central nesse processo, pois funcionam como espaços de socialização e controle simbólico, nos quais se definem os comportamentos considerados adequados ao feminino. Além desses espaços institucionais, também os eixos formativos que abrangem as etapas de crescimento, amadurecimento e inserção social contribuem para moldar o ser feminino conforme expectativas culturalmente determinadas. Nesse sentido, como afirma BEAUVOIR,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2016).

Historicamente, a mulher foi representada como um ser incompleto e inferior ao homem, marcada por um imaginário social que a castra simbolicamente e a define em relação ao masculino. Esse tipo de paradigma, construído e reproduzido ao longo dos séculos, ainda se encontra no presente, quando muitas mulheres permanecem ocupando posições de subordinação, condicionadas desde cedo à obediência ao pai, depois ao marido ou companheiro, perpetuando uma cadeia contínua de dependência. Essas estruturas sociais e culturais atuam, nesse contexto, como dispositivos de controle simbólico que moldam os comportamentos, as subjetividades e identidades. Em diversos espaços marcados pelas tradições e as expectativas de gênero, o feminino é sistematicamente silenciado. Muitas mulheres, jovens e adultas, buscam então a validação externa como forma de reconhecimento e pertencimento em uma sociedade que historicamente as exclui da plena autonomia e da possibilidade de se constituírem como sujeitos de voz e decisão.

Desde a infância, muitas mulheres são socializadas para atender às vontades de seus parceiros, sendo educadas dentro de uma lógica que valoriza a obediência e a submissão. Essa dinâmica, transmitida de geração em geração, contribui para a perpetuação de ciclos de opressão e desigualdade. O ambiente familiar, nesse sentido, constitui-se como o primeiro espaço onde as

hierarquias de gênero são aprendidas e naturalizadas, legitimando papéis distintos para homens e mulheres.

Conforme analisa BOURDIEU (2012), “a dominação masculina se perpetua de forma simbólica, disfarçada de naturalidade, operando por meio de *habitus* interiorizados desde a infância estruturas mentais e sociais que fazem com que o dominado aceite o domínio como legítimo”. Já FOUCAULT (2019) complementa essa perspectiva ao afirmar que “o poder não é apenas repressivo, mas produtivo: ele circula nos discursos, nas instituições e nos corpos, moldando comportamentos e subjetividades”. Assim, a desigualdade de gênero é continuamente reproduzida tanto pelas práticas cotidianas quanto pelos discursos que a sustentam.

Mesmo diante de conquistas sociais como os movimentos feministas e as políticas públicas de proteção à mulher, muitas ainda não conseguem romper completamente com esse ciclo. O silêncio, em inúmeros casos, surge como uma estratégia de sobrevivência, seja para evitar conflitos, seja para proteger a integridade própria ou de seus filhos. A permanência da imagem da “dona de casa” dependente do parceiro revela que a opressão também se manifesta sob a forma de dependência econômica e emocional, mantendo o controle masculino sobre a vida das mulheres e restringindo sua autonomia e participação plena na sociedade.

O silenciamento constitui uma marca recorrente nas experiências de mulheres e de sujeitos que desafiam a norma heteronormativa, como as pessoas homossexuais. Desde os primeiros processos de socialização, as práticas educativas e culturais produzem distinções de gênero que legitimam a desigualdade, enquanto os meninos são incentivados à ação, à liderança e à ocupação do espaço público, as meninas são educadas para o recato, a obediência e o silêncio.

A mulher, assim, é socialmente ensinada a restringir seus desejos e ambições, se subordinando às expectativas familiares e sociais. Essa pedagogia da contenção atravessa gerações e reforça a ideia de que a realização feminina se encontra na vida doméstica e no cuidado dos outros. Não por acaso, muitas jovens tentam exercer certa autonomia antes do casamento, cientes de que, ao assumirem o papel de esposas, seus horizontes serão limitados ao lar e à maternidade. Historicamente, práticas como o recolhimento de meninas em colégios internos ou conventos foram mecanismos de disciplinamento moral e corporal, destinados a moldar mulheres puras, submissas e aptas ao casamento. Mesmo aquelas que permaneciam em casa eram instruídas por suas mães a reproduzir comportamentos considerados adequados, consolidando o silêncio como parte essencial da formação feminina.

Como observa FOUCAULT (2019), “o poder produz; ele produz realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade”. A partir dessa perspectiva, comprehende-se que o silenciamento feminino não é um simples apagamento, mas uma construção sistemática de verdades sociais que moldam e regulam a existência das mulheres. Trata-se, portanto, de uma estratégia histórica de controle e dominação, sustentada por discursos que naturalizam a subordinação e definem o que pode ou não ser dito, vivido e desejado. Os efeitos desse processo ainda são sentidos nas relações contemporâneas, onde a autonomia feminina continua a ser negociada diante das permanências simbólicas do patriarcado.

Em suma, a violência de gênero e o silenciamento das mulheres são construções históricas que refletem e propagam estruturas de poder que estão profundamente enraizadas. Romper com esses ciclos, exige um reconhecimento de normas culturais, sociais e econômicas que moldam as experiências femininas, reforçando a ideia de dependência e a opressão. Como ressalta BUTLER (2018) “A liberdade nunca é uma simples questão de escolha individual; ela está sempre condicionada pelas normas sociais e pelos contextos culturais.” A afirmação da autonomia feminina possibilita então a construção de novas narrativas que desafiem os silêncios e promovam a igualdade.

Resistência: Vozes que Rompem o Silêncio

Diante de um cenário marcado pela violência e pelo silenciamento, a resistência das mulheres se revela como um gesto de coragem e sobrevivência. Resistir, para muitas delas, é existir de novo, é reescrever a própria história em meio a estruturas que tentam apagá-las. BUTLER (2018) lembra que “o gênero é uma performance regulada que produz a ilusão de uma identidade estável”, mostrando que as identidades femininas não são fixas, mas podem ser reinventadas, transformadas em instrumento de enfrentamento às formas tradicionais de dominação. Nesse mesmo sentido, BOURDIEU (2012) observa que o poder simbólico, ainda que invisível, pode ser questionado e ressignificado, ou seja, abrindo brechas para novas maneiras de ser e de estar no mundo. Reconhecer as mulheres como sujeitos históricos, portanto, é reconhecer sua força em transformar a dor em potência, o silêncio em palavra e a exclusão em presença. É nessa travessia entre opressão e criação que se constrói a verdadeira reexistência feminina.

Historicamente, a mulher foi confinada a papéis socialmente construídos a partir de seu gênero, o que gerou, ao longo do tempo, sérias crises de identidade e de aceitação, especialmente entre as novas gerações. Muitas vivenciam conflitos psíquicos intensos, marcados por sentimentos ambíguos em relação aos pais, pela recusa de processos biológicos como a menstruação e pela

rejeição de um modelo feminino moldado à imagem da submissão materna. A antiga crença reforçada por interpretações ultrapassadas de que a menina seria um “menino castrado” alimentou a ideia de que o feminino era definido pela falta, pela ausência e pela inferioridade em relação ao masculino. BEAUVOIR (2016), apresenta algumas perspectivas, sendo assim:

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. “A mulher, o ser relativo...”, diz Michelet. E é por isso que Benda afirma em *Rapport d'Uriel*: “O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem”. (...) A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante ao essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 2016).

Nesse contexto, o destino da mulher parecia inevitável, ou seja, casar, gerar filhos e reproduzir o modelo materno. Por outro lado, os meninos eram socializados para assumir o espaço público e rejeitar tarefas domésticas, naturalizando o privilégio masculino. Comportamentos sexistas surgiam cedo, muitos depreciavam as meninas na adolescência, objetificando seus corpos e, em casos extremos, recorrendo à violência sexual como forma de dominação.

Através da história, observamos que o ser feminino foi idealizado, onde sua identidade parte de um ideal de beleza imposto pela sociedade. A aparência física passou a ser entendida como um critério de valor e aceitação, o que levou muitas mulheres a desenvolverem uma preocupação constante, e por vezes, obsessiva com seu corpo e sua imagem. A beleza se tornou, assim, uma estratégia inconsciente de pertencimento, ser bela significava ser amada, ser escolhida; ao passo que não se enquadrar nesse padrão representava o risco da rejeição social e afetiva. Nesse processo, a subjetividade feminina foi silenciada, uma vez que a educação direcionada às mulheres as ensinava a atender às vontades do outro, geralmente do homem e a reprimir seus próprios desejos. Muitas passaram a rejeitar sua própria condição por entenderem que nasceram para servir, não para existir de forma plena. Internalizou-se, portanto, a ideia de que a felicidade estaria diretamente ligada ao amor de um homem, amor este que deveria ser conquistado pela docilidade, pela obediência e, sobretudo, pela aparência.

Frente aos séculos da dominação simbólica e material, muitas mulheres tem elaborado formas diversas de resistência, e por vezes silenciosas, mas profundamente importantes. A resistência feminina não se expressa exclusivamente em grandes rupturas, mas também nos gestos do cotidiano ao enfrentamento do controle dos corpos, da imposição de papéis de gênero e da naturalização da

submissão. De acordo com BUTLER (2018), o corpo é um campo de disputa política, e resistir implica reconfigurar a norma que o define. Quando se recusa o silêncio, o ato de denunciar violências e reivindicar sua autonomia, torna as mulheres protagonistas de um processo de transformação histórica e política. Essa resistência também é construída pelo ato do saber, quando leem, escrevem, estudam e se articulam coletivamente, rompendo com os limites que lhes foram impostos e criam novas possibilidades de existência.

Existe uma região do “especificamente feminino”, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e consequentemente presumida das “mulheres”? A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2018)

Sendo assim, inúmeras mulheres romperam com os limites impostos pelo patriarcado e tornaram-se símbolos de resistência e reexistência. Figuras como Dandara dos Palmares, guerreira quilombola que lutou contra a escravidão no Brasil colonial, Joana d’Arc, que desafiou as estruturas religiosas e militares no contexto da Guerra dos Cem Anos, e Frida Kahlo, cuja arte e vida foram expressões políticas de autonomia e dor, ilustram algumas trajetórias de mulheres que se recusaram ao silêncio. Esses são nomes, que revelam que a história não é feita apenas por heróis masculinos, mas também por mulheres que, mesmo silenciadas pelos registros oficiais, exerceram e exercem o protagonismo. Como destaca PERROT (2005), “a escrita da história foi durante séculos uma escrita do silêncio das mulheres”, e ao reconstruir suas trajetórias, percebemos o quanto elas resistiram nas margens e reinventaram os modos de existir.

A autonomia feminina ainda representa uma ruptura das normas tradicionais da estrutura patriarcal. Quando uma mulher conquista sua independência seja econômica, emocional ou intelectual, ela desafia expectativas de subordinação historicamente construídas. Sua emancipação não apenas desestabiliza os papéis de gênero normativos, mas também revela as múltiplas formas de violência que atingem aquelas que permanecem em situação de dependência, sobretudo as violências psicológica e moral. O silenciamento, a desvalorização e a ausência de empatia diante da dor feminina, são manifestações de um imaginário social que está marcado por um senso comum arcaico.

[...] doméstico e domesticado, executado por exigência do homem em conformidade a ordem das coisas, a hierarquia fundamental da ordem social e da ordem cósmica, e realizado na casa, lugar da natureza

cultivada, da dominação legítima do princípio masculino sobre o princípio feminino, [...].

[...], é dominar no sentido de submeter a seu poder, mas significa também enganar, abusar ou, como nós dizemos, “possuir” [...]. (BOURDIEU, 2012).

Com isso, das múltiplas formas de dominação simbólica e material que incidem sobre o corpo e a subjetividade das mulheres, é fundamental reconhecer a resistência como uma prática cotidiana e histórica. A luta pela autonomia não é linear nem homogênea, mas se configura como resposta às estratégias de controle que naturalizam a desigualdade de gênero. Ao ocupar espaços, quebrar silêncios e reivindicar direitos, as mulheres desafiam os dispositivos de poder.

Dessa forma, a resistência feminina não se limita à oposição, mas como transformação, sendo capaz de desestabilizar normas e produzir novas formas de existência. Compreender a violência de gênero como construção histórica é reconhecer que a reexistência das mulheres individual ou coletiva é um ato político e vital para reescrever narrativas em uma sociedade ainda moldada pela lógica patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou evidenciar que a violência de gênero se constitui através de construção histórica e social, e que está profundamente enraizada nas estruturas de poder que regulam os corpos, os comportamentos e as identidades, principalmente das mulheres. Como argumentam Foucault e Beauvoir, essas relações são sustentadas por discursos e práticas que naturalizam a dominação masculina e moldam o significado do que é “ser mulher”. Nesse cenário, o silenciamento das mulheres interpretado à luz do poder simbólico de Bourdieu e dos regimes de verdade foucaultianos, revela-se como uma estratégia política de exclusão, que invisibilizava experiências e apaga suas formas de resistência.

Contudo, conforme ressalta BUTLER (2018), o gênero entendido como performance, abre caminho para reconfigurações identitárias e para a afirmação de resistências que desafiam as normas estabelecidas. Com isso, a mulher, nesse contexto, emerge não apenas como objeto de opressão, mas como sujeito ativo de reexistência. Ao reconhecer como agentes históricos, obtemos um gesto epistemológico e político, que é essencial para transformar o silêncio imposto em voz, e para ampliar a compreensão crítica da violência de gênero em suas múltiplas dimensões.

A proposta deste trabalho, permitiu compreender que a violência de gênero não é um evento isolado ou restrito ao âmbito privado, mas sim uma expressão de relações de poder históricas que atravessaram o tempo e os contextos sociais. Analisando a partir da história oral e da memória, é

possível observar que essa violência se articula com mecanismos de silenciamento e exclusão, que afastam as mulheres das narrativas oficiais. Então, o silêncio, não é apenas ausência de voz, mas um dispositivo político que sustenta a desigualdade de gênero e um tipo de narrativa histórica.

As narrativas nos permitem pensar o social a partir das práticas sociais que produzem e distinguem os grupos. A complexidade dos acontecimentos revelada nos fios do discurso apresentam experiências ambíguas que se deslocam no tempo e no espaço [...]. (BARROSO, 2017; LONGO, 2017).

Este trabalho, portanto, não se encerra como simples denúncia, mas como um convite à reflexão. Se o silêncio foi, por séculos, um instrumento da dominação, incentivar o ato de falar e sobretudo, aprender a ouvir, se tornou um ato político e libertador. A tarefa que se impõe à historiografia é dupla., recuperar nas entrelinhas da história oficial as vozes que foram caladas, e criar espaço para novas narrativas que não apenas incluem as mulheres, mas que repensem o próprio sentido de se fazer História. Ao abrir lugar para a escuta e a pluralidade, moldamos novos caminhos para um futuro em que a memória feminina não seja exceção, mas parte viva e essencial das experiências humanas.

Portanto, ao repensar a História a partir do olhar de mulheres é mais do que preencher lacunas, mas reconhecer que as narrativas também são um espaço de poder, reafirma a importância de uma escrita que não apenas registre, mas escute, acolha e transforme. Que cada voz recuperada seja um gesto de resistência, e que cada escuta, um passo em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de sua própria memória.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROSO, Eloisa Pereira; LONGO, Clerismar Aparecido. **Ditadura civil-militar e relações de gênero: Uma análise das experiências de mulheres na guerrilha urbana no eixo Brasília-Goiânia.** In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **História oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos.** São Paulo: Letra e Voz, 2017. Pág. 57 – 75.

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida.** 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** 16º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Pierre Bourdieu tradução Maria Helena. - 11º ed. Kühner - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6º ed. Rio de Janeiro / São Paulo: 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão de J.A Guilhon Albuquerque. 6º ed. Rio de Janeiro / São Paulo: 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e seleção de textos de Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade.** 3º ed. São Paulo : Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Eduarda Hortência Santos. **Questões de gênero e violência contra mulher: o silenciamento em Junqueiro-AL.** Trabalho de Conclusão de Curso – UNEAL 2021.